



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Em consonância com o disposto nos incisos XVI e XVII e § 10 do art. 37 da Constituição Federal e, em face do contido no Decreto nº 2. 027, de 11 de outubro de 1996, declaro para fins de nomeação no cargo de _____, que não exerço qualquer cargo, emprego ou função pública na Administração Pública Federal Direta, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, Autarquias, Fundações mantidas pelo Poder Público, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, suas subsidiárias e Sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo Poder Público, nem percebo proventos de aposentadoria decorrentes dos artigos 40, 42 e 142 da Constituição Federal e inacumuláveis com a remuneração do cargo em que tomarei posse. Comprometo-me a comunicar ao **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**, qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Recife, _____ de _____ de _____.

Assinatura

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR			
Nome:		Matrícula SIAPE:	
CPF:	Órgão: IFPE - 26215	Sigla da UPAG:	
Endereço Residencial (Logradouro)			
Bairro	Município	UF:	CEP:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 17 DE OUTUBRO DE 1996
D.O.U. – 18 de outubro de 1996.

O MINISTRO DE ESTADO DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, o Decreto nº 741, de 04 de fevereiro de 1993 e o Decreto nº 2.027, de 11 de outubro de 1996, resolve:

Expedir a presente Instrução Normativa, destinada a esclarecer aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quanto aos procedimentos a serem adotados em face do disposto no Decreto nº 2.027/96, que veda a acumulação de proventos de aposentadorias com a remuneração do cargo efetivo ou emprego público, e instituir formulários, para a opção de vencimentos, e termo de responsabilidade, a ser firmado quando da investidura em cargo público.

1. A investidura em cargo efetivo ou ingresso em emprego permanente na Administração Pública Federal Direta, nas Autarquias, nas Fundações mantidas pelo Poder Público, nas Empresas Públicas e nas Sociedades de Economia Mista, obriga o servidor público civil aposentado e o militar reformado ou da reserva remunerada da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, a fazer opção pela remuneração do cargo ou emprego, ressalvados os cargos ou empregos acumuláveis na atividade.

2. São considerados acumuláveis na atividade os seguintes cargos:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médicos;
- d) a de um cargo de juiz com outro de magistério;
- e) a de dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, que já estavam sendo exercidos quando da promulgação da Constituição Federal.

3. o tempo de opção pela remuneração do cargo ou emprego (ANEXO I) deverá ser apresentado pelo nomeado ou contratado à unidade de recursos humanos do órgão até a data de sua posse no cargo ou ingresso no emprego efetivo.

3.1. Apresentada a opção, caberá ao órgão de recursos humanos encaminhá-los ao órgão onde é mantida a aposentadoria do servidor inativo, que suspenderá o pagamento dos proventos respectivos, até que o servidor comprove sua exoneração do cargo efetivo ou o seu desligamento do emprego, quando terá restabelecido o direito à percepção dos proventos.

4. Os servidores aposentados que estejam exercendo cargo efetivo ou emprego na Administração Pública Federal Direta, nas Autarquias, nas Fundações mantidas pelo Poder Público, nas Empresas Públicas e nas Sociedades de Economia Mista, considerados inacumuláveis, deverão apresentar opção até 14 de novembro de 1996.

4.1. Na hipótese de o servidor optar pelo cargo efetivo, os proventos da aposentadoria serão suspensos a partir de 14 de novembro de 1996.

5. O servidor inativo que não proceder à opção de que trata esta Instrução Normativa, terá anulado o seu ato de nomeação ou o seu contrato de trabalho, devendo ressarcir a remuneração recebida em razão do exercício do cargo ou emprego.

6. É obrigatória a apresentação pelo nomeado ou contratado, do Termo de Responsabilidade de que trata o ANEXO II desta Instrução Normativa, para investidura em cargo ou emprego público efetivo.

6.1. Apurando-se, a qualquer tempo, que a declaração firmada não corresponde à realidade, caberá imediata instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com vistas a apuração da irregularidade, na forma do disposto no art. 133 da Lei nº 8.112/90, assim como encaminhamento de relatório circunstanciado ao Ministério Público para as providências a seu cargo.

7. Na hipótese de cargos ou empregos públicos lícitamente acumuláveis, o servidor que os exerça ou venha a exercer, deverá declarar o fato à unidade de Recursos Humanos, cabendo ao respectivo dirigente atestar a licitude da acumulação (ANEXO III).

7.1. Aplica-se o disposto neste item ao servidor inativo na mesma situação.

8. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA